



LEGISLATIVO

“Terrivelmente” ministro do Supremo

Em votação apertada, Senado aprova o ex-AGU André Mendonça para o STF. Posse na Corte deve ocorrer ainda neste ano

» ISRAEL MEDEIROS
» LUANA PATRIOLINO

Após mais de oito horas de sabatina na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e a apreciação do plenário da Casa, o Senado aprovou a indicação do ex-advogado-geral da União André Mendonça ao Supremo Tribunal Federal (STF). Ele será, na Corte, o ministro “terrivelmente evangélico” prometido pelo presidente Jair Bolsonaro. O pastor presbiteriano ocupará a vaga aberta com a aposentadoria de Marco Aurélio Mello.

A aprovação de Mendonça foi avalizada por 47 senadores no plenário da Casa. Votaram contra, 32 parlamentares. **Na CCJ**, o ex-AGU recebeu 18 votos a 9.

A previsão é que a cerimônia de posse no Supremo seja realizada até 17 de dezembro, último dia das atividades da Corte neste ano. Depois disso, haverá recesso, e o tribunal funcionará em regime de plantão.

Após ter o nome aprovado pelo Senado, Mendonça comemorou com um discurso emocionado para seus apoiadores evangélicos. Disse que os protestantes têm contribuído para o crescimento do país e agradeceu o apoio dado a ele. “Queremos dizer que o povo evangélico tem ajudado e quer continuar ajudando este país. Trabalhar por este país e fazer deste país uma grande nação”, frisou. “Fazer da Justiça brasileira referência, contribuir para que essa realidade se concretize cada dia mais.”

Ele disse saber que será criticado enquanto ministro do Supremo e pastor licenciado da igreja presbiteriana. “Eu sei que virão decisões em que serei criticado, e merecerei, por vezes, ser criticado. Mas podem ter a certeza de que tentarei fazer do meu país um país mais justo”, afirmou. “Quero dizer que devo tudo da minha vida a Deus.

Elogios da relatora

A senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA) foi a primeira mulher a relatar uma indicação ao STF, a de André Mendonça. Durante a sua fala, a parlamentar, também evangélica, destacou a importância da reforma protestante para a sociedade moderna e a separação entre igreja e Estado. Ela elogiou o desempenho de Mendonça na sabatina. “Ele demonstrou humildade e mereceu a confiança dos senadores. Assumiu compromisso com as minorias, com a democracia e a liberdade”, ressaltou.

Eu respiro porque Deus me dá o ar para respirar. Eu penso porque Ele me dá capacidade para pensar. E eu amo porque Ele me amou primeiro.”

Mendonça agradeceu, também, à família. “Tenho uma esposa, filhas, que são o sustento da minha vida, que choram comigo, se ajoelham comigo, sofrem comigo, mas que se alegram comigo”, ressaltou. “Você, que está em casa, olhe para a sua família e comece a transformar este país por sua família. Que Deus abençoe o nosso país e que Deus nos ajude a ver o nosso país uma grande nação.”

Bolsonaro usou as redes para comemorar a aprovação de Mendonça. “O meu compromisso de levar ao Supremo um ‘terrivelmente evangélico’ foi concretizado no dia de hoje (ontem)”, escreveu. “Foi uma longa espera, em que 47 senadores, aos quais agradeço, entenderam ser André Mendonça uma pessoa capacitada para a missão.”

O chefe do Executivo desejou êxito a seu ex-ministro. “Nossos parabéns ao André, parabéns a Miracatu/SP (sua terra Natal) e boa sorte ao mesmo nessa longa jornada na defesa da Constituição, da democracia e da nossa vital liberdade.”

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Mendonça comemora: “É um passo para um homem, mas na história dos evangélicos do Brasil, é um salto”

» Fux: “satisfação ímpar” por aprovação de Mendonça

Em nota, o presidente do STF, Luiz Fux, parabenizou o futuro colega de Corte e disse sentir “satisfação ímpar” por sua aprovação no Senado, pois reconhece seus “méritos para ocupar uma cadeira” no tribunal. “Manifesto satisfação ímpar pela aprovação de André Mendonça porque sei dos seus méritos para ocupar uma cadeira no Supremo Tribunal Federal. Além disso, em função da atuação na Advocacia-Geral da União, domina os temas e procedimentos da Suprema Corte, que volta a ficar mais forte com sua composição completa. Pretendo dar posse ao novo ministro ainda neste ano”, disse no comunicado. Na reta final dos trabalhos no semestre, os ministros julgam dois grandes processos que devem ocupar as próximas sessões no plenário e atrapalhar a organização da posse. São eles, a revisão do Marco Regulatório do Saneamento e a análise da ação que proibiu operações policiais em favelas do Rio de Janeiro durante a pandemia.

Pastor presbiteriano e doutor em Estado de direito

Pastor presbiteriano licenciado e servidor público federal, André Mendonça foi assessor na Controladoria-Geral da União (CGU) e, depois, nomeado advogado-geral da União (AGU) no governo Bolsonaro, posição que ocupou de 2019 até abril de 2020. Naquele ano, assumiu o posto de ministro da Justiça no lugar do ex-juiz Sergio Moro. Como chefe da pasta, foi acusado de ter extrapolado suas funções institucionais, atuando como advogado particular do presidente Jair Bolsonaro. Natural de Santos (SP), o novo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) tem 48 anos e é formado pela Faculdade de Direito de Bauru, no interior paulista. Ele tem, também, o título de doutor em Estado de direito e governança global e de mestre em estratégias anticorrupção e políticas de integridade pela Universidade de Salamanca, na Espanha. **(IM e LP)**

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo

luizazedo.df@dabr.com.br

Mendonça julgará os réus com um olho na lei e o outro no Criador

Ex-ministro da Justiça e ex-advogado-geral da União, o pastor da Igreja Presbiteriana Esperança André Mendonça teve o seu nome aprovado, ontem, para uma vaga do Supremo Tribunal Federal (STF), que estava aberta desde a aposentadoria do ex-ministro Marco Aurélio Mello. Em votação secreta, obteve apoio de 47 senadores, seis a mais do que o necessário, contra 32, que votaram contra sua indicação. Mendonça fora sabatinado durante oito horas na Comissão de Constituição e Justiça, que o considerou tecnicamente apto ao cargo por 18 votos a 9.

Relatora da indicação, a senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA), evangélica como Mendonça, mas figura de destaque na oposição, teve papel decisivo para aprovação. Ela foi escolhida relatora pelo presidente da CCJ, o senador Davi Alcolumbre, que havia engavetado a indicação por quatro meses, em razão de uma insatisfação com o presidente Jair Bolsonaro. O ex-ministro da Justiça cavou a indicação por Bolsonaro à moda Pazuello (“ele manda, eu obedeço”).

Quando seu nome chegou à mesa de

Alcolumbre, era “terrivelmente” evangélico; ontem, na CCJ, pautou-se pela moderação: “Ainda que eu seja genuinamente evangélico, entendo não haver espaço para manifestação pública religiosa durante as sessões do Supremo Tribunal. A Constituição é e deve ser o fundamento para qualquer decisão por parte de um ministro do Supremo, como tenho dito quanto a mim mesmo: na vida, a Bíblia; no Supremo, a Constituição”, disse Mendonça.

Ninguém se iluda, Mendonça altera a correlação de forças no Supremo Tribunal Federal (STF) a favor dos chamados garantistas e será um aliado de Bolsonaro, que manteve sua indicação apesar de todas as pressões, principalmente nas pautas associadas aos costumes e aos privilégios das instituições religiosas, principalmente evangélicas, que fizeram fortíssimo lobby pela aprovação de seu nome.

Laicidade e conflito

A secularização da cultura e a defesa da laicidade do Estado no Judiciário não

QUANDO SEU NOME CHEGOU, ERA “TERRIVELMENTE” EVANGÉLICO; ONTEM, NA CCJ, PAUTOU-SE PELA MODERAÇÃO: “NA VIDA, A BÍBLIA; NO SUPREMO, A CONSTITUIÇÃO”, DISSE O NOVO MINISTRO DO STF

é homogênea. Para muitos magistrados, a identidade entre delito e pecado, uma herança medieval, ainda persiste. A maioria da magistratura é confessionalista, como Mendonça, mas procura respeitar o caráter laico do Estado. Entretanto, há os que realmente misturam as estações com sentença desta ordem:

Em agosto de 2008, o juiz Éder Jorge, da 4ª Vara Criminal de Goiânia, recomendou a Vânia Martins que frequentasse “entidades religiosas de formação cristã” durante o gozo de liberdade condicional que lhe concedera. Ela havia sido condenada a 15 anos e 9 meses de prisão pelo sequestro de

dois bebês, falsidade ideológica, parto suposto e estelionato. Como havia cumprido um terço da pena, com bom comportamento, ela teve direito à liberdade condicional. “Fizemos a recomendação baseada no fato de que a esmagadora maioria da população brasileira é cristã”, justificou.

Em 2014, o Ministério Público Federal pediu à Justiça que mandasse retirar do YouTube 15 vídeos postados pela Igreja Universal do Reino de Deus, considerados ofensivos às religiões afrobrasileiras. O juiz Eugênio Rosa de Araújo, da 17ª Vara de Fazenda Federal, negou o pedido. Alegou que a umbanda e o candomblé

não teriam uma estrutura hierárquica, um Deus a ser venerado e um texto-base, como a Bíblia ou o Corão.

Em abril de 2018, Marcelo Bretas, juiz do Tribunal Regional Federal no Rio de Janeiro, frequentador da Comunidade Evangélica Internacional da Zona Sul, destacou-se por citar a Bíblia na dissertação de mestrado e nas suas sentenças, apoiou no Twitter a postagem do “seu irmão em Cristo” Deltan Dallagnol.

O então procurador da República no Estado do Paraná, famoso por causa da Operação Lava-Jato, frequentador de Igreja Batista em Curitiba, no domingo de Páscoa daquele ano, havia anunciado, em rede social, que estaria fazendo jejum, em oração, rogando pela rejeição do pedido de habeas corpus em favor de um acusado pelo STF. Entretanto, tanto o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) quanto o Supremo Tribunal Federal (STF) têm se destacado pela defesa do Estado laico em várias decisões, do aborto em caso de estupro ao casamento homoafetivo.